Foto: Sérgio Cassal

'Comando de Greve' foi recebido na sala da presidência

GREVE NA UFPEL

Professores procuram a Câmara para servir de canal interlocutor

Na manhã de ontem um grupo de professores da Universidade Federal de Pelotas, mantiveram audiência com a vereadora Virgínia Fetter, presidente da Câmara e outros vereadores, solicitando apoio à greve da categoria, que reivindica além de reajuste salarial, melhores condições para o ensino público gratuito.

Sérgio Cassal, secretário geral da ADUFPel, que serviu como porta-voz dos demais professores, fez à presidenta Virgínia e aos demais vereadores ampla exposição dos motivos que levaram os professores universitários a esta paralisação na suas atividades, das quais participam outras 45 universidades federais. "Estamos em greve, lutando em defesa do ensino público gratuito e de qualidade. Nosso movimento completa um mês sem nenhuma manifestação do Governo em relação às reivindicações apresentadas ainda no ano passado", disse Cassal. O secretário da ADUFPel frisou ainda, que o reitor da UFPel, Cesar Borges, apesar de ter sido procurado pelos professores mantém-se fechado ao diálogo. "O reitor não mantém o mínimo diálogo com a comunidade universitária. Enquanto que em outras universidades, os reitores, além de constante diálogo, já fizeram manifestações sobre o assunto".

DESMONTE

De acordo com o que foi dito pelos líderes do "comando de greve", a reivindicação não é apenas pelo reajuste salarial, o último reajuste aconteceu há 16 meses, sem que o Governo tenha respeitado a data base de janeiro. "A nossa grande preocupação diz respeito ao desmonte da Universidade Pública, o que, lamentavelmente, já é uma realidade, com bibliotecas insuficientes, laboratórios inadequados, falta geral de material básico de trabalho, desqualificando o ensino e privando a população carente de receber os benefícios que a Universidade poderia propiciar", frisou Cassal.

Uma outra preocupação exposta é com respeito ao número expressivo e crescente de professores substitutos, cuja permanência máxima na Universidade é de, no máximo, um ano, o que compromete, seriamente a qualidade do ensino e inviabiliza a pesquisa e a extensão. "Por isso estamos lutando. O Governo, por sua vez, nega-se a abrir qualquer canal de negociação com os servidores, mas não exita em transferir recursos públicos para o sistema financeiro privado falido, deixando a saúde pública, a educação e a previdência sem condições mínimas de atendimento ao conjunto da população. Depois alega ineficiência do Serviço Público para defender sua privatização", afirmou o secretário Cassal.

Conforme os professores, é mentiroso o argumento de que o fim da gratuidade do ensino superior seja a solução para o Ensino Público em todos os níveis. "Até a década de 60, as escolas públicas praticavam o melhor ensino do País. Os professores e profissionais de Educação eram valorizados, recebiam salários dignos e tinham condições adequadas de trabalho. O descaso e o descompromisso do Governo com a Escola Pública romperam a tradição, abrindo espaço para a crescente privatização do ensino de primeiro e segundo grau. Hoje, pretende-se fazer o mesmo com as universidades públicas", salientaram.

Na oportunidade, foi frisado a importância da UFPel, em termos de comunidade, sem que tenha havido um melhor aproveitamento daquilo que existe, em termos comunitários.

SESSÃO ESPECIAL

Os professores, embora reconhecendo os transtornos que a greve acarreta para o conjunto da população acreditam que a luta por eles desencadeada, é o instrumento indispensável na construção de uma sociedade justa e não excludente.

Ao final, por sugestão da vereadora Virgínia, em data a ser marcada, a Câmara realizará uma Sessão Especial, na qual participarão representantes do Comando de Greve e o reitor Cesar Borges, que será convidado pela presidenta da Câmara, quando será amplamente debatida a situação como um todo.

(Sérgio Machado)

DATA: 10/Maio/96

JORNAL: Diário Popular

■ DALNEI OLIVEIRA/DP

PROFESSORES contestam o fim da gratuidade do ensino superior

Docentes dão continuidade ao movimento às 10h no Calçadão

CLG afirma a busca pelas negociações com o Governo

Os docentes da Universidade Federal de Pelotas, em greve desde o dia 29 de abril, hoje dão continuidade ao movimento local. A categoria estará a partir das 10h no Calçadão da Andrade Neves, distribuindo material informativo à população, esclarecendo os motivos do movimento.

Segundo o CLG (Comando Local de Greve), os professores estão buscando em Brasília forçar uma abertura para o canal de negociações com o Governo, "que até agora não recebeu os grevistas para discutir as reivindicações, protocolada pelo MEC no ano passado", afirmam.

Segundo informações de representantes da Adufpel, no material que será distribuído hoje no centro da cidade os professores lembram que não recebem reajuste salarial desde janeiro de 1995. Dizem ainda que, "além de ensinar, e prestar diversos serviços à população, também realizamos pesquisas fundamentais para a manutenção e a ampliação da capacidade instalada nas universidades públicas, que podem responder aos problemas emergentes da sociedade brasileira e garantir que chegaremos ao próximo milênio sem depender de importação de tecnologia", dizem os docentes.

Eles contestam o argumento do Governo de que o fim da gratuidade do ensino superior seja a solução para o ensino público em todos os níveis. "Até a década de 60, as escolas públicas praticavam o melhor ensino do País, os professores e profissionais de Educação eram valorizados e tinham condições adequadas de trabalho", garantem os manifestantes.

Os docentes ressaltam que o descaso do Governo com a escola pública rompeu com a tradição do ensino, abrindo espaço para a crescente privatização de Primeiro e Segundo graus. Hoje pretende fazer o mesmo com as universidades públicas, alegam.

A Adufpel informa que a próxima assembléia dos docentes será realizada no dia 15, onde serão discutidos os rumos do movimento.

■ MARISTELA PARANHOS
do Diário Popular

DATA: 11/Maio/96
JORNAL: Diário Popular

Apedido

adufpel

SEÇÃO SINDICAL

Sem Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, o Brasil não tem futuro

Os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deflagraram, em 16 de abril último, greve nacional unificada com as demais categorias de servidores públicos federais (SPF), contra a política de desmonte dos serviços públicos, desenvolvida pelo Governo Fernando Henrique e em defesa de seus salários, congelados há 17 meses.

O Governo não abriu qualquer canal de interlocução com a categoria, mesmo de posse da pauta de reivindicações protocolada desde novembro de 1995. Apesar da greve e da continuidade das constantes tentativas em busca de abertura de negociações, o Governo se manteve intransigente, procurando, de todas as formas, coibir o direito constitucional da livre organização dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações.

Essa política de destruição deliberada dos serviços públicos inclui a Educação Nacional, a Ciência e a Tecnologia e, em particular, a **Universidade Pública e Gratuita**. O Governo tenta, através de emendas constitucionais, projetos de lei, medidas provisórias e administrativas, reestruturar a universidade, redefinindo o seu papel na perspectiva de colocá-la a serviço da política internacional de globalização, cumprindo subservientemente o receituário ditado pelas agências internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI e BID).

Na viabilização do processo de sucateamento da Universidade Pública, a política de arrocho salarial tem um papel fundamental para o seu esvaziamento e deterioração das condições de trabalho de docentes e técnico-administrativos.

Com a firme determinação de combater o projeto neoliberal do Governo e de avançar na luta em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, os professores das IFES decidiram, após a suspensão da greve nacional unificada dos servidores federais, continuar em greve.

Desde então, todos os esforços vem sendo envidados pela categoria, com o apoio dos reitores, através da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES - no sentido de abrir canais de negociação com o ministro da Educação, professor Paulo Renato de Souza. Mesmo com a sinalização do movimento grevista expressando a vontade política de solucionar o impasse, indicando a suspensão da greve mediante o estabelecimento de uma mesa de negociações sobre o conteúdo da pauta de reivindicações e seu desenvolvimento, o ministro, numa demonstração inequívoca de intransigência, desautoriza seus assessores a dar continuidade ao processo preliminar de discussão em andamento.

A atitude do ministro Paulo Renato, ao tentar ignorar o direito de organização sindical e de luta da categoria, desconsidera a dimensão e justeza do movimento, conduzindo a um impasse que somente interesssa a quem quer destruir a **Universidade Pública e Gratuita** - patrimônio da sociedade brasileira.

Torna-se, portanto, pública e evidente a necessidade do ministro da Educação reconhecer o caráter da nossa greve e, imediatamente, responder com iniciativas de superação do impasse por ele mesmo criado.

A GREVE CONTINUA!

Brasília, 5 de junho de 1996 - Comando Nacional de Greve dos Professores das Universidades Federais)

(Firma reconhecida na forma da Lei)

Publicado em 09 de junho de 1996
jornal DIÁRIO POPULAR - Pelotas/RS
Página 27 - Editoria de Educação